



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1000972-16.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Embargos À Execução - Valor da Execução / Cálculo / Atualização**
 Embargante: **Fazenda do Estado de São Paulo**
 Embargado: **Fabiano Maria de Jesus e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO opõe embargos à execução que lhe movem **FABIANO MARIA DE JESUS e outra**. A embargante foi condenada a pagar a cada um dos embargados, conforme o título executivo (a) a título de indenização por danos materiais: 1/2 salário mínimo por mês, ao longo de 11 anos, desde o óbito de seu filho, ocorrido em 03.11.1997 (b) a título de indenização por danos morais: 200 salários mínimos, com atualização desde o arbitramento (c) a título de honorários advocatícios: 10% sobre o valor da condenação, computando-se, em relação às parcelas vincendas, o número de 12. Sustenta a embargante excesso de execução, pois os juros moratórios devem ser aplicados segundo o índice previsto na Lei nº 11.960/09. Argumenta também que a memória de cálculo utilizada para a execução não esclarece como se chegou a determinados valores. Há excesso de execução da ordem de R\$ 35.498,80 em 30/04/2013. Pugna pelo respectivo expurgo.

Os embargos foram recebidos com efeito suspensivo (fls. 41) e os embargados apresentaram impugnação (fls. 43/46), observando que a memória de cálculo utilizada para a deflagração do processo executivo calculou os juros moratórios corretamente, de acordo com a Lei nº 11.960/09. Salientou que a embargante, em seus cálculos, desprezou o fato de que os honorários advocatícios, no que diz respeito à base de cálculo parcial relativa à indenização por danos morais, deve considerar também 12 parcelas vincendas.

O juízo encaminhou os autos ao contador (fls. 50) que apresentou seus cálculos (fls. 52/58), impugnados pela embargante (fls. 65/66), já que não adotada a tabela de débitos relativos à fazenda pública e desprezado o índice de juros segundo a MP 567/2012, e incluídos juros sobre parcelas vincendas que, porém, não devem ser incluídas pois todas já estavam vencidas quando da elaboração dos cálculos e aceitos pelos embargados (fls. 68/70). O juízo estabeleceu os critérios de cálculo (fls. 71/73) que foram adotados pela contadoria em novos cálculos (fls. 92/103).

É o relatório. Decido.

Julgo os embargos na forma do art. 740 c/c art. 330, I do CPC, vez que a prova documental é suficiente para a solução da controvérsia.

Os embargos merecem parcial acolhimento.

A embargante tem razão quanto à impossibilidade de se acrescerem, à base de cálculo dos honorários advocatícios referentes à indenização por danos materiais, doze parcelas vincendas, se não há qualquer parcela dessa natureza na data do cálculo. Quando proferida a sentença havia, o que não se verifica, porém, quando feitos os cálculos, já que a última parcela dos danos materiais venceu em novembro/2008. A inclusão de doze parcelas pressupõe a existência de valores a vencer, pressuposto lógico implícito na sentença quando se referiu às parcelas vincendas, e o Direito que se afasta da lógica formal mais elementar não é bom Direito.

A atualização monetária deve seguir o que consta no título executivo, ou seja, a


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

tabela prática do tribunal de justiça não específica para a fazenda pública. De fato, a sentença considerou a tabela prática geral de débitos judiciais (fls. 21) e não houve alteração no acórdão (fls. 22/27), estando correta, pois, a decisão de fls. 71/73. Observe-se que o acórdão foi proferido na vigência da Lei nº 11.960/09, não havendo fato ou direito superveniente que justifique a flexibilização do que constou no título executivo. Incide o óbice da coisa julgada material. Sobre o prestígio à coisa julgada no concernente a discussões que aludam a índices de atualização, o STJ: AgRg no AREsp 559.047/RS, Rel. Min. RAUL ARAÚJO, 4ªT, j. 02/10/2014.

Ainda que na memória de cálculo que instruiu a execução tenham as partes exequentes utilizado equivocadamente (na verdade, a contadoria judicial) a tabela de débitos relativos à fazenda pública, o STJ firmou compreensão no sentido de que a matéria relativa a juros e correção monetária é matéria de ordem pública e cognoscível, portanto, de ofício, o que afasta o óbice dos arts. 128 e 460 do CPC no caso concreto. A propósito: AgRg no REsp 1.291.244/RJ, Rel. Min. BENEDITO GONÇALVES, 1ªT, DJe 5.3.2013; AgRg no AREsp 288.026/MG, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, 2ªT, DJe 20.2.2014. Torna-se legítima a majoração do valor do débito em sede de embargos à execução – ponto argumentado pela embargante, fls. 108 -, a despeito do efeito "esdrúxulo" sustentado, pois apenas se está corrigindo questão de ordem pública.

Quanto aos índices dos juros moratórios, respeitando-se a convicção da MM. Juíza prolatora da decisão de fls. 71/31, não podem ser aplicados os critérios do art. 3º do Decreto nº 2.322/87, que o STJ vem adotando apenas em relação a verbas trabalhistas ou remuneratórias devidas a empregado público ante a própria dicção da lei. Também não os da MP nº 2180-35/01, que inseriu o art. 1º-F na Lei 9.494/97 para limitar os juros moratórios nas condenações impostas à fazenda pública em relação a "verbas remuneratórias devidas a servidores e empregados públicos", não se aplicando então a hipótese de responsabilidade extracontratual (STJ: AgRg no REsp 1.226.945/PR, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, 2ªT, DJe de 04/04/2011; AgRg no REsp 1.258.789/PI, Rel. Min. TEORI ALBINO ZAVASCKI, 1ªT).

Os juros moratórios, portanto, devem seguir os índices do Código Civil de 1916 (art. 1.062: 6% ao ano) e do Código Civil de 2002 (art. 406: 12% ao ano cf. art. 161, § 1º do CTN), observadas as suas respectivas vigências, até a entrada em vigor da Lei nº 11.960/09, a partir de quando deve ser aplicada esta (juros aplicados à caderneta de poupança).

Ante o exposto, **ACOLHO EM PARTE** os embargos para **HOMOLOGAR PARCIALMENTE** a conta de fls. 92/103, a ser integralmente adotada com as seguintes únicas ressalvas (a) **exclusão dos honorários incidentes sobre parcelas vincendas da indenização por danos materiais**, indicados às fls. 103 no valor de R\$ 780,35 (b) adoção, quanto aos juros moratórios, de 6% ao ano na vigência do CC/16, de 12% ao a partir da entrada em vigor do CC/02, e dos juros aplicados à caderneta de poupança a partir da entrada em vigor da Lei nº 11.960/09.

A sucumbência foi recíproca e igualmente proporcional (excluído o benefício dos exequentes pela alteração ex officio do índice de atualização monetária, que não pertine a estes embargos), razão pela qual compensam-se integralmente os honorários relativos aos embargos.

Transitada em julgado, **nos autos principais a serventia deverá juntar cópia desta sentença, do cálculo de fls. 92/103, e da certidão de trânsito em julgado, e encaminhar ao contador judicial para refazê-los em estrita observância a esta sentença, vedados novos embargos para discutir estes ou outros critérios, estabelecendo-se rápido contraditório na própria execução.**

P.R.I.

São Carlos, 19 de abril de 2015.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**